

EDITAL Nº 012/CÂMPUS: ITUMBIARA/IFG/2020

PROGRAMA APOIO DIDÁTICO – CONECTIVIDADE

A Pró-Reitoria de Extensão (Proex), do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG), por meio do Câmpus Itumbiara, torna público o presente edital, contendo as normas referentes ao processo seletivo para a participação dos (as) estudantes do IFG em situação de vulnerabilidade socioeconômica, no Programa Apoio Didático - Conectividade, para empréstimo de equipamentos de informática, considerando a situação de excepcionalidade ocasionada pela Pandemia de COVID-19 e a Resolução CONSUP/IFG nº 20/2020 que aprovou a retomada do calendário acadêmico com o uso do Ensino Remoto Emergencial.

1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 A Assistência Estudantil no IFG é orientada pelo Programa Nacional de Assistência Estudantil - Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010, Política de Assistência Estudantil do IFG - Resolução CONSUP/IFG de nº 008 de 22 de fevereiro de 2016 – Política, Plano de Desenvolvimento Institucional IFG 2019-2022 e Instrução Normativa (IN) Proex/IFG nº 3, de 10 de setembro de 2019.

1.2 O Programa Apoio Didático - Conectividade tem como objetivo disponibilizar em caráter de empréstimo, equipamentos de informática aos estudantes em situação de vulnerabilidade social, para realização, de forma remota, das suas atividades acadêmicas de ensino, pesquisa e extensão, durante o período excepcional das atividades de Ensino Remoto Emergencial, aprovadas pela Resolução n 20/2020 – REI-CONSUP/REITORIA/IFG, de 30 de julho de 2020.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1 Do Objetivo do Edital

2.1.1 Divulgar o Programa Apoio Didático – Conectividade e selecionar estudantes com matrícula regular e em situação de vulnerabilidade social, para participarem do mesmo.

2.2 Descrição do Programa Apoio Didático – Conectividade:

2.2.1. O Programa Apoio Didático – Conectividade é destinado aos estudantes em situação de vulnerabilidade social, com matrícula regular, que necessitem de acesso a computadores ou equipamentos similares, para a realização das suas atividades acadêmicas durante o Ensino Remoto Emergencial, em decorrência da situação de Pandemia de COVID - 19.

2.2.2 Os estudantes selecionados para o Programa Apoio Didático – Conectividade serão atendidos por meio do empréstimo de computadores de mesa, notebook, Chromebook ou tablet mediante assinatura de termo de empréstimo com as especificações do equipamento e com as demais normas de uso, conforme regulamento específico para o empréstimo de equipamentos.

2.2.3 O estudante estará obrigado a zelar pelos equipamentos e utilizá-los de forma adequada.

2.2.4 O estudante deverá devolver à unidade acadêmica os equipamentos quando do retorno das atividades presenciais regulares da instituição, ou quando os equipamentos forem por esta solicitados, nas mesmas condições em que estavam quando os recebeu, em perfeitas condições de uso.

2.3 Do Público

2.3.1 Poderão se inscrever no Programa Apoio Didático – Conectividade, todos os (as) estudantes com renda familiar per capita de até um salário mínimo e meio, que não possuem condição de acesso a computadores ou equipamentos equivalentes, regularmente matriculados (as) nos cursos presenciais:

- a) Técnico Integrado ao Ensino Médio;
- b) Técnico Integrado Integral na Modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA);
- c) Técnico Subsequente;
- d) Graduação (licenciatura, bacharelado e tecnológico);
- e) Pós-graduação (lato e stricto sensu).

2.4 Das Inscrições

2.4.1 Os (as) **estudantes já inscritos no SUAP** e participantes de algum dos programas da Assistência Estudantil, com critério de vulnerabilidade social, e/ou que estão em lista de espera dos editais e/ou aqueles que estejam inscritos para a participação no Programa Permanência Conectividade, deverão:

- a) Realizar a inscrição no **Programa Apoio Didático – Conectividade**, no Sistema Unificado de Administração Pública (SUAP) <http://suap.ifg.edu.br>, conforme orientações disponível no [Manual do Aluno - Como se inscrever nos Programas de Assistência Estudantil](#);
- b) Anexar a Declaração de necessidade do equipamento de informática (Anexo I);
- c) A Declaração poderá ser anexada no item “documentação do aluno”, no ato da inscrição no programa. O arquivo deverá estar no formato PDF ou arquivo compactado zip/rar, podendo ter o tamanho máximo de 5 Mb; ou pelo e-mail cae.itumbiara@ifg.edu.br
- d) Na impossibilidade do envio do arquivo no formato eletrônico, a declaração também poderá ser entregue pessoalmente, com agendamento prévio por meio de envio de mensagem ao seguinte número de WhatsApp: 64. 98456-1055. No ato da entrega a documentação deverá estar em envelope lacrado e endereçado à Coordenação de Assistência Estudantil (CAE);
- e) O Câmpus, observando os cuidados necessários em relação à COVID – 19, disponibilizará um computador com internet para os estudantes que não disporem de recursos necessários para efetivação da inscrição no programa, conforme agendamento prévio por meio de envio de mensagem ao seguinte número de WhatsApp: 64. 98456-1055

2.4.2 Para a efetivação da inscrição os (as) **estudantes ingressantes ou veteranos (as) que não se inscreveram nos Editais de Assistência Estudantil em 2020 e no Edital Permanência Conectividade**, deverão:

- a) Preencher o questionário de caracterização socioeconômica presente no Módulo de Atividades Estudantis do Sistema Unificado de Administração Pública (SUAP)

<http://suap.ifg.edu.br>, conforme orientações presentes no [Manual do Aluno - Questionário Socioeconômico](#);

b) Realizar a inscrição no Programa Apoio Didático - Conectividade, no Sistema Unificado de Administração Pública (SUAP) <http://suap.ifg.edu.br>, conforme orientações disponível no [Manual do Aluno - Como se inscrever nos Programas de Assistência Estudantil](#).

c) Anexar os seguintes documentos: 1.) Declaração de necessidade do equipamento de informática (Anexo I); 2.) Documentação para comprovação da situação de vulnerabilidade social relacionada no Anexo II; 3.) Declarações previstas no anexo III (conforme necessidade).

d) Os documentos poderão ser anexados no item “documentação do aluno”, no ato da inscrição no programa. Os arquivos deverão estar no formato PDF contendo toda documentação ou arquivo compactado zip/rar, podendo ter o tamanho máximo de 5 Mb.

e) Na impossibilidade do envio do arquivo no formato eletrônico, os documentos (xerox) e a declaração também poderá ser entregue pessoalmente, com agendamento prévio por meio de envio de mensagem ao seguinte número de WhatsApp: 64. 98456-1055. No ato da entrega a documentação deverá estar em envelope lacrado e endereçado à Coordenação de Assistência Estudantil (CAE);

f) O Câmpus, observando os cuidados necessários em relação à COVID – 19, disponibilizará um computador com internet para os estudantes que não dispõem de recursos necessários para efetivação da inscrição no programa, conforme agendamento prévio por meio de envio de mensagem ao seguinte número de WhatsApp: 64. 98456-1055

2.4.3 É de inteira responsabilidade do (a) candidato (a) e do (a) responsável, no caso de menor de idade, as informações prestadas no ato da inscrição.

2.4.4 Serão anuladas a qualquer tempo, as inscrições que não estiverem em conformidade com este Edital.

2.4.5 Caso os documentos sejam entregues em cópia física, solicitamos que sejam observados os cuidados necessários em relação à COVID - 19.

2.5 Dos Critérios de Seleção

2.5.1 Para serem selecionados os (as) estudantes deverão:

- a) estar regularmente matriculados (as) nos cursos presenciais previstos no item 2.3.1;
- b) apresentar renda familiar bruta per capita de até um salário mínimo e meio vigente no país;
- c) terem realizado a inscrição de acordo com o item 2.4;
- d) declarar, conforme Anexo I, a necessidade do empréstimo de equipamento de informática.

2.5.2 Serão selecionados (as) para participação no Programa Apoio Pedagógico – Conectividade todos (as) os (as) estudantes que atenderem os critérios do item 2.5.1.

2.5.3 O Programa Pedagógico Conectividade poderá acumular com até 4 Programas de Auxílio Financeiro de Assistência Estudantil.

2.5.4 O estudo socioeconômico realizado pelo (a) Assistente Social compreende a validação dos dados preenchidos no questionário de caracterização socioeconômica do SUAP, pelo (a) estudante, a partir da análise da documentação entregue, podendo ocorrer contato com familiares.

2.6. Da interposição de recurso

2.6.1 O prazo para interposição do recurso será de dois dias úteis, conforme datas apresentadas no item 2.8.

2.6.2 Para solicitar o recurso administrativo, o estudante deverá preencher o formulário específico (Anexo IV) e enviar para o e-mail: cae.itumbiara@ifg.edu.br. Em caso de dificuldade de acesso à internet, o recurso poderá ser entregue no Câmpus com agendamento prévio por meio de envio de mensagem ao seguinte número de WhatsApp: 64. 98456-1055. No ato da entrega a documentação deverá estar em envelope lacrado e endereçado à Coordenação de Assistência Estudantil (CAE);

2.6.3 O resultado do recurso será publicado, informando o deferimento ou o motivo do indeferimento e divulgado na data prevista no item 2.8 deste edital.

2.7 Do cancelamento do atendimento:

2.7.1 O(A) estudante(a) terá o auxílio cancelado nos casos de:

- a) Afastar-se da instituição sem aviso prévio (abandonar o curso);
- b) Trancar ou cancelar matrícula;
- c) Solicitar desistência do(s) auxílio(s) por vontade expressa formalmente pelo(a) estudante ou representante legal em caso de adolescentes;
- d) Mudança de situação socioeconômica no decorrer do período de concessão do auxílio, ultrapassando a renda familiar per capita de um salário mínimo e meio;
- e) Omitir ou fraudar informações em qualquer fase do processo;
- f) O cancelamento por omissão ou fraude pode ser realizado a qualquer momento no decorrer do ano mediante avaliação do(a) Assistente Social.

2.8 Cronograma

Etapas	1ª Chamada	2ª Chamada	3ª Chamada	4ª Chamada
Período de inscrição ou atualização dos dados socioeconômicos no SUAP e entrega da documentação no Câmpus	10 a 14/08/2020	01 a 07/09/2020	01 a 08/10/2020	02 a 06/11/2020
Período de avaliação das inscrições	15 e 16/08/2020	08 e 09/09/2020	09 e 12/10/2020	09 e 10/11/2020
Divulgação do resultado preliminar	17/08/2020	10/09/2020	13/10/2020	11/11/2020
Interposição de recurso	18 e 19/08/2020	11 e 14/09/2020	14 e 15/10/2020	12 e 13/11/2020
Análise do recurso	20/08/2020	15/9/2020	16/10/2020	14/11/2020
Resultado da análise do recurso e resultado final com listagem com o número de matrícula dos estudantes por ordem de classificação.	21/08/2020	16/09/2020	19/10/2020	17/11/2020

3. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

3.1 Cabe à Direção Geral do Câmpus, juntamente com a Gerência de Pesquisa, Pós-Graduação e Extensão (Gepex) e a CAE, a responsabilidade de zelar pela lisura deste edital, providenciar e coordenar as ações inerentes à sua execução podendo utilizar-se de todos os meios admitidos em direito para a sua garantia.

3.2 O atendimento dos (as) estudantes selecionados, está sujeito a disponibilidade de equipamentos.

3.3 Em caso de dúvida em alguma etapa do Processo Seletivo, o (a) estudante (a) deverá enviar e-mail para: cae.itumbiara@ifg.edu.br ou entrar em contato via whatsapp pelo telefone (64) 98456-1055.

3.4 Os casos omissos serão julgados pela Direção Geral, juntamente com a Gepex e CAE do Câmpus e, se for o caso, sob orientação da Pró-Reitoria de Extensão.

3.5 A inscrição implica o conhecimento e tácita aceitação das condições estabelecidas pelo IFG neste Edital das quais o (a) estudante (a) e/ou seu (a) representante legal não poderão em hipótese alguma alegar desconhecimento.

Itumbiara, 07 de agosto de 2020.



Diretor (a) Geral do Câmpus

Assinatura



Gerência de Pesquisa, Pós-Graduação e Extensão do Câmpus

Assinatura

ANEXO I

DECLARAÇÃO DE NECESSIDADE DE EQUIPAMENTO DE INFORMÁTICA

Eu, _____ (candidato/a)
_____, inscrito (a) no RG sob o
nº _____, expedido pelo (a)
_____, CPF nº _____, residente e
domiciliado (a) na

cidade _____ CEP _____, UF _____, DECLARO, nos termos da Lei
7.115, de 29 de agosto de 1983* junto à instituição de ensino IFG/Câmpus Itumbiara, que
não tenho acesso aos equipamentos de informática (computadores ou similares)
necessários para acompanhamento das atividades acadêmicas remotas. Além disso, minha
situação socioeconômica atende aos critérios de renda até 1 ½ (um salário mínimo e meio)
por pessoa estabelecidos na Lei nº 12.101**, de 27 de novembro de 2009, regulamentada
pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014.

Neste mesmo ato, comprometo-me a comunicar à instituição de ensino acima mencionada,
qualquer alteração referente às informações prestadas nesta declaração, e apresentar a
respectiva documentação comprobatória.

Nos termos da Lei nº 7.115/83*, que dispõe sobre a prova documental, DECLARO
verdadeiras todas as informações prestadas por ocasião do presente processo seletivo do
edital 010/2020 vinculado ao Programa de Apoio Didático - Conectividade, seja na inscrição
e nesta declaração, bem como estar ciente de que a falsidade das declarações firmadas
ensejará a responsabilização legal prevista no art. 15, §1º, da Lei nº 12.101/2009** e
Decreto nº 8.242/2014, sem prejuízo da sanção penal aplicável ao crime de falsidade
ideológica, de acordo com o art. 299 do Código Penal***, além de acarretar o imediato

cancelamento do benefício ofertado em razão Programa de Auxílio Financeiro Estudantil destinado a estudante em situação de vulnerabilidade social.

Itumbiara-GO, _____ de _____ de _____.
(Cidade-UF, dia, mês e ano)

(Assinatura do Candidato/Responsável Legal)

(*)LEI 7.115, DE 29 DE AGOSTO DE 1983 Art. 1º. A declaração destinada a fazer prova de vida, residência, pobreza, dependência econômica, homonímia ou bons antecedentes, quando firmada pelo próprio interessado ou por procurador bastante, e sob as penas da lei, presume-se verdadeira. Parágrafo Único. O disposto neste artigo não se aplica para fins de prova em processo penal. Art. 2º. Se comprovadamente falsa a declaração, sujeitar-se-á o declarante às sanções civis, administrativas e criminais previstas na legislação aplicável. Art. 3º. A declaração mencionará expressamente a responsabilidade do declarante.

(**) LEI 12.101, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2009 Art. 15. Para fins da certificação a que se refere esta Lei, o aluno a ser beneficiado será pré-selecionado pelo perfil socioeconômico e, cumulativamente, por outros critérios definidos pelo Ministério da Educação. § 1º Os alunos beneficiários das bolsas de estudo de que trata esta Lei ou seus pais ou responsáveis, quando for o caso, respondem legalmente pela veracidade e autenticidade das informações socioeconômicas por eles prestadas. § 3º As bolsas de estudo poderão ser canceladas a qualquer tempo, em caso de constatação de falsidade da informação prestada pelo bolsista ou seu responsável, ou de inidoneidade de documento apresentado, sem prejuízo das demais sanções cíveis e penais cabíveis.

(***) ART. 299, CÓDIGO PENAL BRASILEIRO Art. 299. Omitir em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante: Pena. Reclusão, de 01 (um) a 05 (cinco) anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de 01 (um) a 03 (três) anos e multa, se o documento é particular. Parágrafo Único. Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte.

ANEXO II

RELAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO PARA A COMPROVAÇÃO DA SITUAÇÃO DA VULNERABILIDADE SOCIAL

1. Os documentos a serem apresentados se referem à situação empregatícia e despesas da família do (a) candidato (a) e deverão ser referentes ao mês de junho e julho de 2020.

Identificação do (a) estudante e do núcleo familiar e declaração de despesas (Obrigatório)	<ul style="list-style-type: none">- CPF e RG do (a) estudante (a) e dos membros da família;- Caso tenha na família menores de 18 anos, apresentar Certidão de Nascimento;- Cópia dos comprovantes de despesas de Água, Energia, Internet e Telefone.
Quando Trabalhador (a) assalariado (a), com contrato regido pela CLT	<ul style="list-style-type: none">- Contracheque;- Declaração de Imposto de Renda Pessoa Física-IRPF, quando houver;- Em caso de não haver contracheque, apresentar Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS registrada e atualizada.
Quando Trabalhador (a) Autônomo (a), Prestador (a) de Serviços ou Profissional Liberal	<ul style="list-style-type: none">- Declaração de Renda (Anexo III – A);- Declaração de Imposto de Renda de Pessoa Física – IRPF, quando houver.
Quando Trabalhador (a) for Servidor (a) Público	<ul style="list-style-type: none">- Contracheque;- Declaração de Imposto de Renda Pessoa Física – IRPF, quando houver.

<p>Quando Desempregado (a) ou do lar</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS atualizada, página da foto frente e verso, página onde está registrado o desligamento (último contrato de trabalho) e a página em branco subsequente; - Declaração de ausência de rendimentos (Anexo III – B); - Quando receber ajuda financeira de terceiros, preencher declaração disponibilizada no Anexo III – C.
<p>Quando Aposentados (as) e Pensionistas</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Extrato mais recente do pagamento de benefício; - Declaração de Imposto de Renda de Pessoa Física - IRPF, quando houver.
<p>Quando receber rendimentos de aluguel</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Declaração de rendimento de aluguel (Anexo III – D).
<p>Quando o imóvel que reside é alugado</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Cópia do Contrato de Locação; - Quando não houver contrato, apresentar Declaração de Aluguel sem contrato (Anexo III – E).
<p>Quando o imóvel que reside é cedido</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Declaração de imóvel cedido (Anexo III – F).
<p>Quando receber pensão alimentícia</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Declaração de Recebimento de Pensão Alimentícia (Anexo III – G).
<p>Quando se paga pensão alimentícia</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Declaração de Pagamento de Pensão Alimentícia (Anexo III – H).
<p>Quando não há declaração de Imposto de Renda</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Declaração de Isenção Anual de Imposto de Renda de Pessoa Física (Anexo III – I).

ANEXO III

A - DECLARAÇÃO DE RENDA DE AUTÔNOMO, PRESTADOR DE SERVIÇOS OU PROFISSIONAL LIBERAL

Eu, _____,
portador do CPF nº _____, RG nº _____,
residente na _____

_____, declaro que a renda média dos últimos seis meses, no valor de R\$ _____ mensais, refere-se aos ganhos obtidos com meu trabalho em atividades de _____. Declaro ainda estar ciente de que as informações que estou prestando são de minha inteira responsabilidade e que, no caso de declaração falsa, estarei sujeito às sanções previstas em lei, aplicando-se, ainda, o disposto no parágrafo único do art. 10 do Decreto nº 83.936, de 6 de setembro de 1979 e Artigos 171 e 299 do Código Penal.

_____, ____ de _____ de 2020.

Assinatura do (a) Declarante

Letra Legível

ANEXO III

B - DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE RENDIMENTOS

Eu, _____, portador do
CPF nº _____, RG nº _____, residente na

_____, declaro que NÃO
RECEBO NENHUM RENDIMENTO. Declaro ainda estar ciente de que as informações que
estou prestando são de minha inteira responsabilidade e que, no caso de declaração falsa,
estarei sujeito às sanções previstas em lei, aplicando-se, ainda, o disposto no parágrafo
único do art. 10 do Decreto nº 83.936, de 6 de setembro de 1979 e Artigos 171 e 299 do
Código Penal.

_____, ____ de _____ de 2020.

Assinatura do (a) Declarante

Letra Legível

ANEXO III

C - DECLARAÇÃO DE AJUDA FINANCEIRA DE TERCEIROS

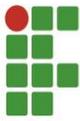
Eu, _____, portador do
CPF nº _____, RG nº _____, residente na

_____, declaro que AJUDO
FINANCEIRAMENTE _____, (nome do membro
do grupo familiar que recebe ajuda) com o valor mensal de aproximadamente
R\$ _____. Declaro ainda estar ciente de que as
informações que estou prestando são de minha inteira responsabilidade e que, no caso de
declaração falsa, estarei sujeito às sanções previstas em lei, aplicando-se, ainda, o disposto
no parágrafo único do art. 10 do Decreto nº 83.936, de 6 de setembro de 1979 e Artigos
171 e 299 do Código Penal.

_____, ____ de _____ de 2020.

Assinatura do (a) Declarante

Letra Legível



ANEXO III

D - DECLARAÇÃO DE RENDIMENTOS DE ALUGUEL

Eu, _____, portador do
CPF nº _____, RG nº _____, residente na

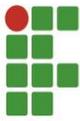
_____, declaro que
POSSUO RENDIMENTOS DE ALUGUEL no valor de R\$ _____, referente ao
imóvel situado na _____.

Declaro ainda estar ciente de que as informações que estou prestando são de minha inteira
responsabilidade e que, no caso de declaração falsa, estarei sujeito às sanções previstas
em lei, aplicando-se, ainda, o disposto no parágrafo único do art. 10 do Decreto nº 83.936,
de 6 de setembro de 1979 e Artigos 171 e 299 do Código Penal.

_____, _____ de _____ de 2020.

Assinatura do (a) Declarante

Letra Legível



ANEXO III

E - DECLARAÇÃO DE ALUGUEL SEM CONTRATO

Eu, _____, portador do
CPF nº _____, RG nº _____, residente na

_____, declaro que
ALUGO ATUALMENTE O IMÓVEL sito à

_____ para o

(a) Sr(a) _____, portador do
CPF nº _____, RG nº _____, desde _____ /
_____ / _____ até os dias atuais, pelo valor mensal de R\$_____.

Declaro ainda estar ciente de que as informações que estou prestando são de minha inteira
responsabilidade e que, no caso de declaração falsa, estarei sujeito às sanções previstas
em lei, aplicando-se, ainda, o disposto no parágrafo único do art. 10 do Decreto nº 83.936,
de 6 de setembro de 1979 e Artigos 171 e 299 do Código Penal.

_____, _____ de _____ de 2020.

Assinatura do (a) Declarante

Letra Legível



ANEXO III

F - DECLARAÇÃO DE IMÓVEL CEDIDO

Eu, _____, portador do
CPF nº _____, RG nº _____, residente na

_____, declaro que CEDO
ATUALMENTE o imóvel sito à _____

para o (a) Sr(a) _____, portador do
CPF nº _____, RG nº _____, desde
____/____/____ até os dias atuais. Declaro ainda estar ciente de que as informações
que estou prestando são de minha inteira responsabilidade e que, no caso de declaração
falsa, estarei sujeito às sanções previstas em lei, aplicando-se, ainda, o disposto no
parágrafo único do art. 10 do Decreto nº 83.936, de 6 de setembro de 1979 e Artigos 171
e 299 do Código Penal.

_____, ____ de _____ de 2020.

Assinatura do (a) Declarante

Letra Legível



ANEXO III

G - DECLARAÇÃO DE RECEBIMENTO DE PENSÃO ALIMENTÍCIA

Eu, _____, portador do
CPF nº _____, RG nº _____, residente na

_____, declaro que
RECEBO PENSÃO ALIMENTÍCIA no valor de R\$ _____
(_____) mensais, pago pelo(a) Sr(a)

_____,
referente aos dependentes:

_____. Declaro
ainda estar ciente de que as informações que estou prestando são de minha inteira
responsabilidade e que, no caso de declaração falsa, estarei sujeito às sanções previstas
em lei, aplicando-se, ainda, o disposto no parágrafo único do art. 10 do Decreto nº 83.936,
de 6 de setembro de 1979 e Artigos 171 e 299 do Código Penal.

_____, ____ de _____ de 2020.

Assinatura do (a) Declarante

Letra Legível



ANEXO III

H - DECLARAÇÃO DE PAGAMENTO DE PENSÃO ALIMENTÍCIA

Eu, _____, portador do
CPF nº _____, RG nº _____, residente

declaro que PAGO PENSÃO ALIMENTÍCIA no valor de R\$ _____
(_____) mensais, pago à Sr(a)

referente aos dependentes _____

Declaro ainda estar ciente de que as informações que estou prestando são de minha inteira
responsabilidade e que, no caso de declaração falsa, estarei sujeito às sanções previstas
em lei, aplicando-se, ainda, o disposto no parágrafo único do art. 10 do Decreto nº 83.936,
de 6 de setembro de 1979 e Artigos 171 e 299 do Código Penal.

_____, ____ de _____ de 2020.

Assinatura do (a) Declarante

Letra Legível

ANEXO III

I - DECLARAÇÃO DE ISENÇÃO ANUAL DE IMPOSTO DE RENDA DE PESSOA FÍSICA

Eu, _____, portador do
CPF nº _____, RG nº _____, residente na

_____, declaro que SOU
ISENTO DE DECLARAÇÃO ANUAL DE IMPOSTO DE RENDA DE PESSOA FÍSICA, conforme
regulamento da Receita Federal do Brasil. Pois no ano anterior não obtive rendimento
provindos de trabalho assalariado, proventos de aposentadorias, pensões, aluguéis ou
atividades rurais suficientes para declarar IRPF neste ano, e não me enquadro nos demais
casos que obrigam a entrega da Declaração Anual de Imposto de Renda de Pessoa Física.
Declaro ainda estar ciente de que as informações que estou prestando são de minha inteira
responsabilidade e que, no caso de declaração falsa, estarei sujeito às sanções previstas
em lei, aplicando-se, ainda, o disposto no parágrafo único do art. 10 do Decreto nº 83.936,
de 6 de setembro de 1979 e Artigos 171 e 299 do Código Penal.

_____, ____ de _____ de 2020.

Assinatura do (a) Declarante

Letra Legível

